



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO**  
**DISTRITO FEDERAL**

Gabinete da Secretaria de Cultura e Economia Criativa  
Assessoria de Comunicação

Termo de Referência - SECEC/GAB/ASCOM

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**AQUISIÇÃO DE MATERIAL**

**1. DO OBJETO**

1.1. **Aquisição de assinatura de serviços de hospedagem de arquivos e design** a fim de suprir as necessidades urgentes da Assessoria de Comunicação da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do DF.

**2. DA JUSTIFICATIVA**

A Assessoria de Comunicação possui um grande fluxo de atividades, que incluem produção audiovisual, bem como produção de artes gráficas para veiculação nas redes sociais, visando atender às demandas de toda a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do DF, incluindo os próprios. Para que isso seja realizado a contento, é necessário que os servidores tenham a seu dispor as ferramentas que permitam o armazenamento adequado de fotos e vídeos (como programas de armazenamento na nuvem), e também as que permitam a criação de peças de divulgação, tais como plataformas de design.

A Ascom necessita de uma ferramenta de armazenamento e sincronização de arquivos de grande dimensão na nuvem, em formatos variados, como documentos em PDF, vídeos, áudios e fotos. Na nossa rotina, encaminhamos diariamente arquivos a veículos de comunicação, e também aos colegas da Secretaria, em especial, imagens e vídeos referentes a coberturas de eventos realizados nos espaços culturais geridos pela Secec, ou que contem com o apoio da pasta. Da mesma forma, para a organização da equipe, é necessário um local comum e acessível remotamente para que todos possam localizar os arquivos produzidos pela Ascom, uma vez que o armazenamento físico nos computadores presentes na sala da Ascom não possuem capacidade suficiente.

No que se refere somente às fotografias produzidas pela Ascom, necessitamos adquirir a assinatura anual de site de hospedagem e compartilhamento de imagens que tenha capacidade ilimitada, e que permita integração com o WordPress, publicador utilizado na manutenção do site oficial da Secec. Hoje, utilizamos o Flickr gratuito. Esta ferramenta, contudo, possui limite de apenas mil imagens, o que é insuficiente, uma vez armazenamos e disponibilizamos ao público imagens de todos os equipamentos da Secec, bem como eventos e demais atividades importantes para a pasta.

Para a criação de design gráfico do dia a dia, costumávamos utilizar uma conta pessoal do Canva de um dos servidores lotados na Ascom. Essa plataforma, para ser utilizada de forma a atender às necessidades mínimas de produção de cards e outras peças para redes sociais, necessita de uma assinatura paga. Como a assinatura do servidor da Ascom expirou, necessitamos com urgência adquirir uma nova. Em tempo, recordamos que a Ascom possui assinatura do Adobe, que contém o Illustrator, programa semelhante, porém que demanda muita técnica, conhecimento e tempo. Somente um servidor da Ascom possui a habilidade para trabalhar nessa ferramenta. Já ferramentas como o Canva podem ser utilizadas pelos demais servidores da unidade, de forma simples e ágil, de modo a atender nossas necessidades diárias.

Acresce-se, ainda, que a presente contratação encontra-se amparada pelo disposto pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

No mais, no presente caso, mostra-se dispensável realização de estudo técnico preliminar e a análise de risco, considerando que a contratação é de pequeno valor, podendo, portanto, ser dispensada no caso concreto, por aplicação analógica do que dispõe a alínea "a" do §2º do art. 20 da Instrução Normativa n. 5/2017 recepcionada no Distrito Federal pelo Decreto nº 38.934/2018, conforme informa a d. PGDF no Parecer Referencial SEI-GDF nº 21/2021 - PGDF/PGCONS.

### 3. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

3.1. Os serviços a serem adquiridos devem possuir as especificações mínimas e quantidades previstas detalhadas abaixo:

Item	Descrição		Unidade de Medida	Quantidade
01	<b>Serviço de armazenamento e sincronização de arquivos</b>	Serviço online na nuvem com espaço de armazenamento acima de 15 Gb, backup de dados, possibilidade de criação e manutenção de diferentes formatos de arquivos, com compartilhamento de arquivos	Assinatura anual	01
02	<b>Website de hospedagem e compartilhamento de imagens</b>	Site de partilha de imagens como fotografias, desenhos e ilustrações, com capacidade ilimitada de armazenamento, com criação de álbuns, compartilhamento com usuários de diferentes locais do mundo e integração com o WordPress	Assinatura anual	01
03	<b>Plataforma de design gráfico online</b>	Plataforma virtual de acesso a imagens de alta qualidade, uso comercial ilimitado, armazenamento ilimitado, recursos avançados de edição, colaboração em equipe e integrações com outras ferramentas. Deve permitir criação de gráficos de mídia social, apresentações, infográficos, pôsteres e outros conteúdos visuais. Disponível em dispositivos móveis.	Assinatura anual	01

### 4. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

4.1. A contratação obedecerá ao disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como demais normativos constantes neste instrumento.

### 5. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

5.1. **O critério de julgamento será o de menor preço por item**, em atenção ao Art. 33 da Lei nº 14.133/2021.

5.2. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às especificações e exigências contidas neste Termo de Referência, bem como aquelas que apresentarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, comparados aos preços de mercado, em consonância com o disposto no Art. 59, da Lei 14.133/2021.

5.3. A adjudicação por menor preço por item visa a assegurar que os serviços possam ser adquiridos por fornecedores diferentes, não comprometendo, assim, a aquisição de um em detrimento do outro.

5.4. A proposta comercial deverá ser entregue, devidamente assinada pelo representante legal da empresa, com o preço unitário, incluídas todas as despesas necessárias à entrega do objeto deste

Termo de Referência, como também, todos os tributos, embalagens, encargos sociais, frete, seguro e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação.

## 6. DA GARANTIA DO OBJETO

6.1. O serviço deverá dispor de garantia de no mínimo 6 (seis) meses para defeitos de fabricação e instalação - prevista na Lei nº 8.078/1990 - Código de Proteção e Defesa do Consumidor, a qual se inicia a partir do recebimento definitivo, sendo que prevalecerá a garantia oferecida pelo fabricante, caso o prazo seja superior ao estabelecido pelo citado normativo.

6.2. Quando da entrega do material, a empresa deverá fornecer certificado de garantia, por meio de documentos próprios ou anotação impressa ou carimbada na respectiva Nota Fiscal.

6.3. No caso de substituição do material, o substituto terá o mesmo prazo de garantia originalmente dado.

6.4. Quando da entrega do material, a empresa deverá fornecer certificado de garantia, por meio de documentos próprios ou anotação impressa ou carimbada na respectiva Nota Fiscal.

## 7. DO PRAZO PARA ENTREGA E LOCAL

7.1. A entrega do serviço será efetuada logo após emissão da Nota de Empenho, com prazo de entrega não superior a **7 dias**.

7.2. O objeto deste Termo de Referência deverá ser entregue na Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do DF, em horário 09h às 18h, de segunda-feira a sexta-feira, situada no Ed. Biblioteca Nacional de Brasília (Conjunto Cultural da República - Asa Sul, Brasília - DF, CEP 70086-900, Telefone de Contato (61) 3325-6220 para verificação pela Contratante da conformidade do material recebido com as especificidades descritas neste Termo de Referência.

## 8. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. Com o objetivo de verificar sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, o recebimento dos serviços será realizado:

8.1.1. **Provisoriamente**, no ato da entrega, mediante termo circunstanciado para efeito de posterior verificação da conformidade do bem com as especificações constantes neste documento.

8.1.2. **Definitivamente**, em até 72 horas, contados do recebimento provisório, item 9.1, mediante termo circunstanciado, após verificar que o material entregue possui todas as características consignadas, no que tange a quantidade solicitada e qualidade do bem especificada, conforme este Termo de Referência.

8.2. Caso após o recebimento provisório constatar-se que os materiais possuem vícios aparentes ou redibitórios ou estão em desacordo com as especificações ou a proposta, serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, até que seja sanado o problema.

8.3. Os materiais que forem entregues em desacordo com o especificado deverão ser substituídos pela contratada em até **72 horas** e o seu descumprimento poderá acarretar sanções conforme previsto na legislação vigente.

8.4. Se a Contratada deixar de entregar o objeto dentro do prazo estabelecido sem justificativa por escrito, aceita pela Administração sujeitar-se-á às penalidades impostas pela legislação vigente.

8.5. Em caso de prorrogação do prazo de entrega, este poderá ser feito uma única vez, por prazo não superior a **72 horas**. Deverá ser feito por escrito, justificadamente, antes de seu vencimento, comprovando que não houve culpa do fornecedor no descumprimento do prazo contratual.

8.6. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço e/ou bem, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos

limites estabelecidos pela lei ou por este instrumento.

8.7. O recebimento do objeto está condicionado ao aceite pelo Executor do Contrato especialmente designado para representar a Contratante, conforme prevê a Lei nº 14.133/2021.

## 9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada responderá pelos danos causados por seus agentes.

9.2. A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.3. Garantir a boa qualidade do objeto fornecido à Administração, bem como efetuar a imediata substituição, às suas expensas, conforme prazo estipulado pela Administração, após comunicação, de qualquer bem entregue, que não esteja de acordo com as especificações ou em relação ao qual, posteriormente, não obstante os testes realizados, venha a se constatar qualquer adulteração ou vício.

9.4. Zelar e garantir a boa qualidade do objeto fornecido à Administração, em consonância com os parâmetros de qualidade fixados e exigidos pelas normas técnicas pertinentes, expedidas pelo poder Público.

9.5. Responsabilizar-se pelo pagamento de taxas, fretes, seguros, transporte, embalagens e demais encargos decorrentes do fornecimento do objeto deste instrumento.

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os Arts. 12,13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078, de 11 de novembro de 1990).

9.7. Responsabilizar-se civil e criminalmente, por todo e qualquer dano que cause à Contratante, a seu pedido ou de terceiros, por ação ou omissão, em decorrência da execução do objeto deste Termo de Referência, não cabendo a Contratante, em hipótese alguma, responsabilidade por danos diretos, indiretos ou lucros cessantes;

9.8. Responsabilizar-se inteiramente por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, tributários e sociais e de acidentes de trabalho e outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre o objeto contratado.

9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições da habilitação e qualificação exigida no ato convocatório.

9.10. Não alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento das cláusulas e condições do contrato e das especificações técnicas, bem como de tudo o que estiver contido nas normas, especificações e métodos da ABNT, e outras normas pertinentes ao objeto.

9.11. Manter atualizado junto à CONTRATANTE os seus dados cadastrais, como endereço, telefones e correio eletrônico (*email*) dentre outras informações indispensáveis à comunicação entre a Contratada e esta Secretaria de Estado, de modo a viabilizar as convocações, intimações e notificações quando se fizerem necessárias. O descumprimento desta obrigação ficará caracterizado com a devolução de correspondências enviadas pelos correios ou com o não atendimento às ligações telefônicas, sendo assim configurado desídia e sujeito às penalidades legais.

9.12. Possuir em seu quadro de empregados, profissionais, necessários e suficientes para receber e solucionar as demandas da CONTRATANTE.

9.13. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicialmente contratado, do Art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

9.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor

de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos Arts. 103 e 124, da Lei nº 14.133/2021.

9.16. A Contratada fica obrigada a comprovar a implantação do Programa de Integridade, nos termos do Art. 5º, da Lei Distrital nº 6.112/2018, alterada pela Lei nº 6.308/2019.

9.17. Respeitar os termos estipulados no Decreto nº 38.365, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 143, de 27 de julho de 2017, que regulamenta a Lei nº 5.448/2015, o qual proíbe conteúdo discriminatório contra a mulher.

9.18. Apresentar GARANTIA LEGAL, conforme Código de Defesa do consumidor. O representante/fornecedor deverá informar na proposta o prazo de garantia do produto/material cotado contra defeitos de fabricação e performance durante o uso.

## 10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. O Distrito Federal responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou de culpa.

10.2. Receber os bens, disponibilizando local, data e horário e atestar a Nota Fiscal/Fatura.

10.3. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o Termo de Referência e sua proposta.

10.4. Exercer o acompanhamento e a fiscalização na entrega e recebimento do objeto contratado, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10.5. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

10.6. Efetuar o pagamento devido pelo fornecimento dos serviços, no prazo estabelecido, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências previstas.

10.7. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.8. Permitir, dentro das normas internas, o acesso dos empregados da contratada às suas dependências, ao local de prestação dos serviços, desde que devidamente identificados e acompanhados por representante do Contratante.

10.9. Exercer a fiscalização dos serviços prestados;

10.10. A Contratante se reserva no direito de recusar o recebimento dos materiais que considere inadequados e/ou abaixo do padrão de qualidade exigido.

10.11. Exigir a implementação do Programa de Integridade das Empresas a serem contratadas pela Administração Pública do Distrito Federal, nos termos do Art. 15, da Lei nº 6.112/2018.

## 11. DO VALOR ESTIMADO

11.1. Trata-se de contratação de pequeno valor. O valor total estimado da presente aquisição, no entanto, será estabelecido após pesquisa de preços elaborada pela área competente.

## 12. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.1. Para fins de comprovação da capacidade técnica, a empresa deverá apresentar **Atestado de Capacidade Técnica** fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a empresa realizado ou estar realizando o objeto, compatível em características com o objeto deste Termo de Referência.

## 13. DO CONSÓRCIO E DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. A participação de consórcios não será admitida, uma vez que o objeto a ser adquirido é amplamente comercializado por diversas empresas no mercado. Tal permissibilidade poderia causar dano à administração por frustrar o próprio caráter competitivo da disputa pelo menor preço.

13.2. Pelo mesmo fato não há motivos para se admitir a subcontratação, de forma a gerar outros instrumentos contratuais e conseqüentemente outras atribuições à administração pública. Deste modo, é vedada a subcontratação do objeto.

## 14. DA FORMALIZAÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

14.1. O contrato será substituído pela Nota de Empenho.

## 15. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

15.1. A Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal deve acompanhar e fiscalizar a conformidade dos serviços executados, da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, por meio de representantes especialmente designados.

15.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o Art. 120 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

15.3. De acordo com a Lei Distrital nº 2.834 de 2001, que recepciona a Lei nº 9.784 de 1999 no âmbito do Distrito Federal, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação conforme artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999;

15.4. Não obstante, a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todo o objeto deste Termo de Referência, a Contratante reservar-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização no ato de entrega do objeto.

15.5. A verificação da compatibilidade do objeto recebido, com as devidas especificações e quantidades, deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

15.6. O executor do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução contratual, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou pendências observadas, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## 16. DO PAGAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da nota fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento;

16.2. Decorridos 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação *pro rata tempore* do IPCA, nos termos do art. 3º do Decreto do DF nº 37.121/2016;

## 17. DA SUSTENTABILIDADE

17.1. A contratada deverá declarar que atende aos requisitos de sustentabilidade previstos no Art. 2º, da Lei Distrital nº. 4.770/2012, em conformidade com o Decreto nº. 7.746/2012, que estabelece a implementação de critérios, práticas e ações de logística sustentável no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal direta, autárquica e fundacional e das empresas estatais dependentes, devendo ser observados os requisitos ambientais com menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

## 18. DA LICITAÇÃO EXCLUSIVA

18.1. Em observância aos Arts. 25, da Lei Distrital nº 4.611/2011 e 7º, do Decreto Distrital nº 35.592/2014, a presente licitação deverá ser destinada à **participação exclusiva das entidades preferenciais**.

## 19. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. A disciplina das infrações e sanções administrativas aplicáveis no curso da licitação e da execução é aquela prevista na legislação vigente.

## 20. EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO E ELABORAÇÃO

Elaborado por:

Sâmea Larisse Andrade

Assessora Especial

**LÚCIO FLÁVIO SILVA**

Chefe da Assessoria de Comunicação



Documento assinado eletronicamente por **Lúcio Flávio Silva - Matr.0252148-2, Chefe da Assessoria de Comunicação**, em 13/02/2023, às 17:31, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **105751975** código CRC= **742F28DD**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor Cultural Sul, Lote 2 - Edifício da Biblioteca Nacional - Bairro Asa Sul - CEP 70070-150 - DF

---

00150-00000855/2023-11

Doc. SEI/GDF 105751975